

Combate às mudanças climáticas

A situação do RS no cumprimento das metas do ODS 13

Departamento de Economia e Estatística | DEE/SPGG



Apresentação

Apresentação

- A mudança global do clima tem sido um tema cada vez mais discutido devido sua a relevância e a abrangência de seus impactos.
- Nos últimos anos vêm crescendo a incidência de eventos climáticos extremos e aumentando o número de vítimas, diretas e indiretas, ao longo de todo o globo.
- Nesse contexto, o ODS 13 foi criado para, junto com outras Agendas importantes, como o Acordo de Paris e o Marco de Sendai para a redução do risco de desastres, unir esforços para a efetivação de ações de combate às mudanças climáticas.

Apresentação

- Em 2018, apenas 10 países concentravam **64%** do total das emissões de GEEs no mundo.

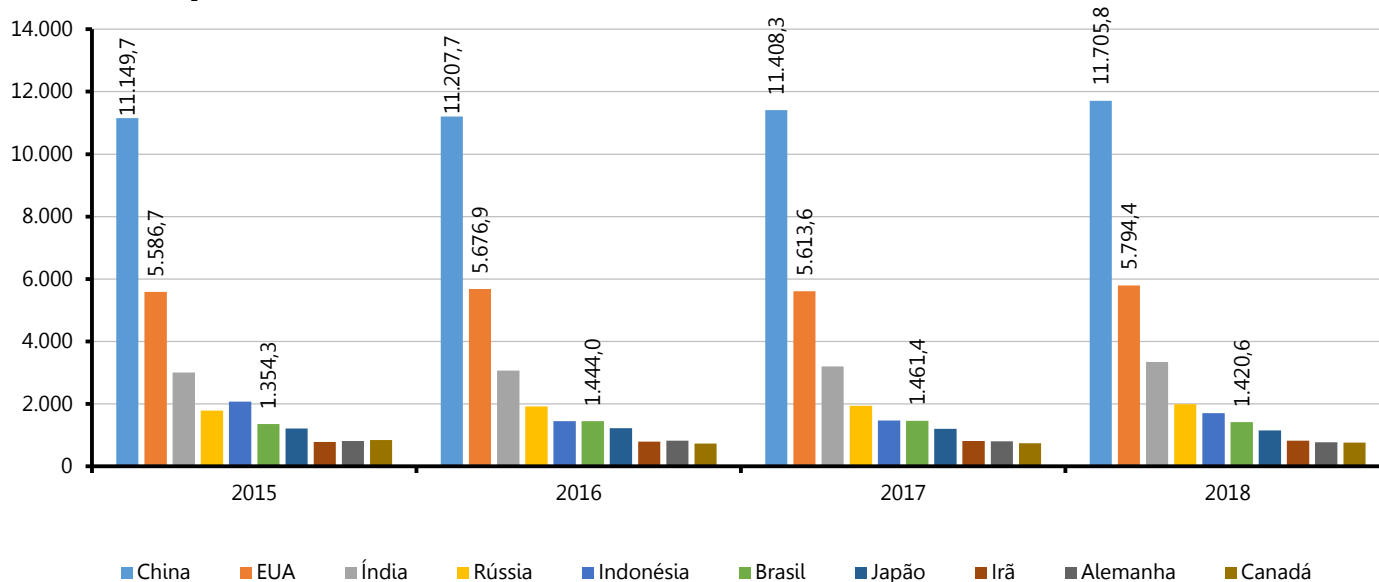
Emissões de gases de efeito estufa (GEEs) pelos 10 países que mais emitem no mundo – 2015 a 2018

(milhões de ton.CO₂eq.)

1° China → 25,4%

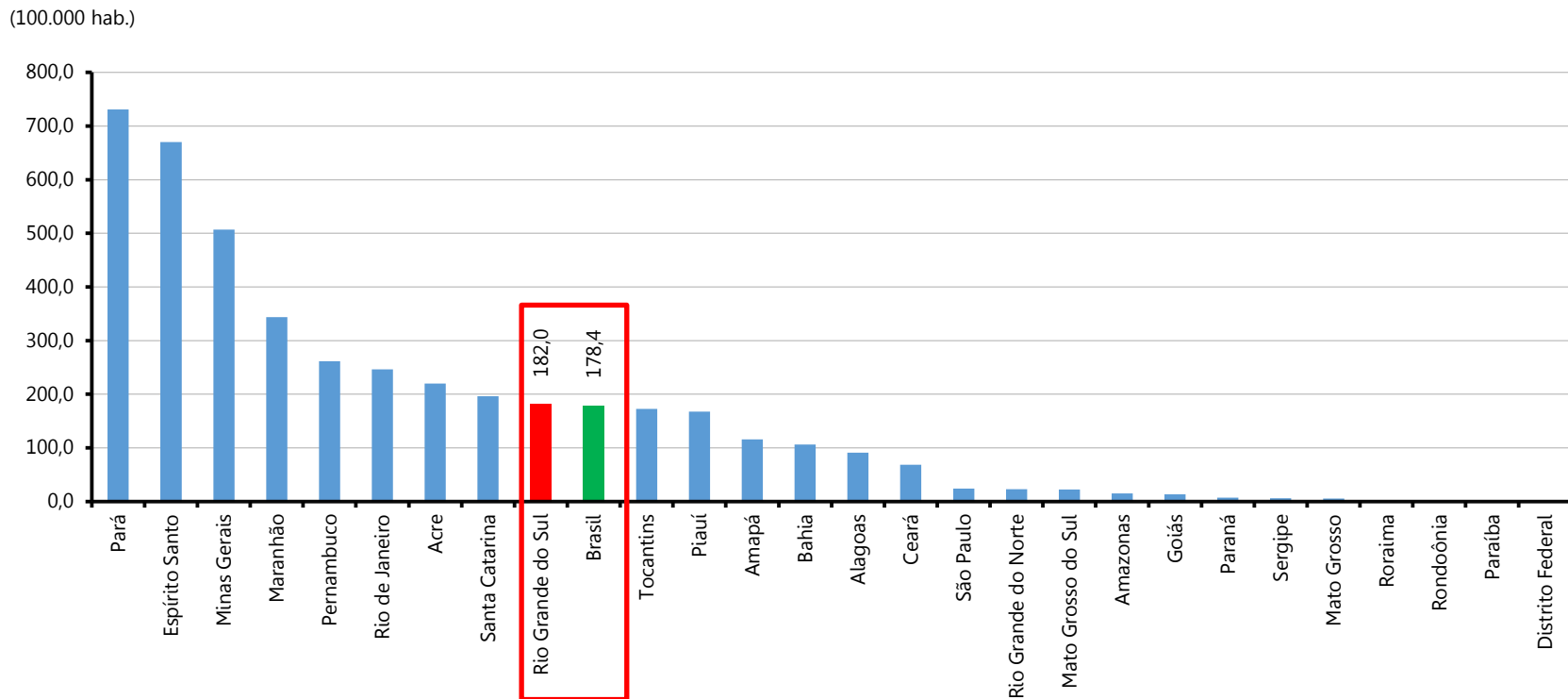
2° EUA → 12,6%

6° Brasil → 3%

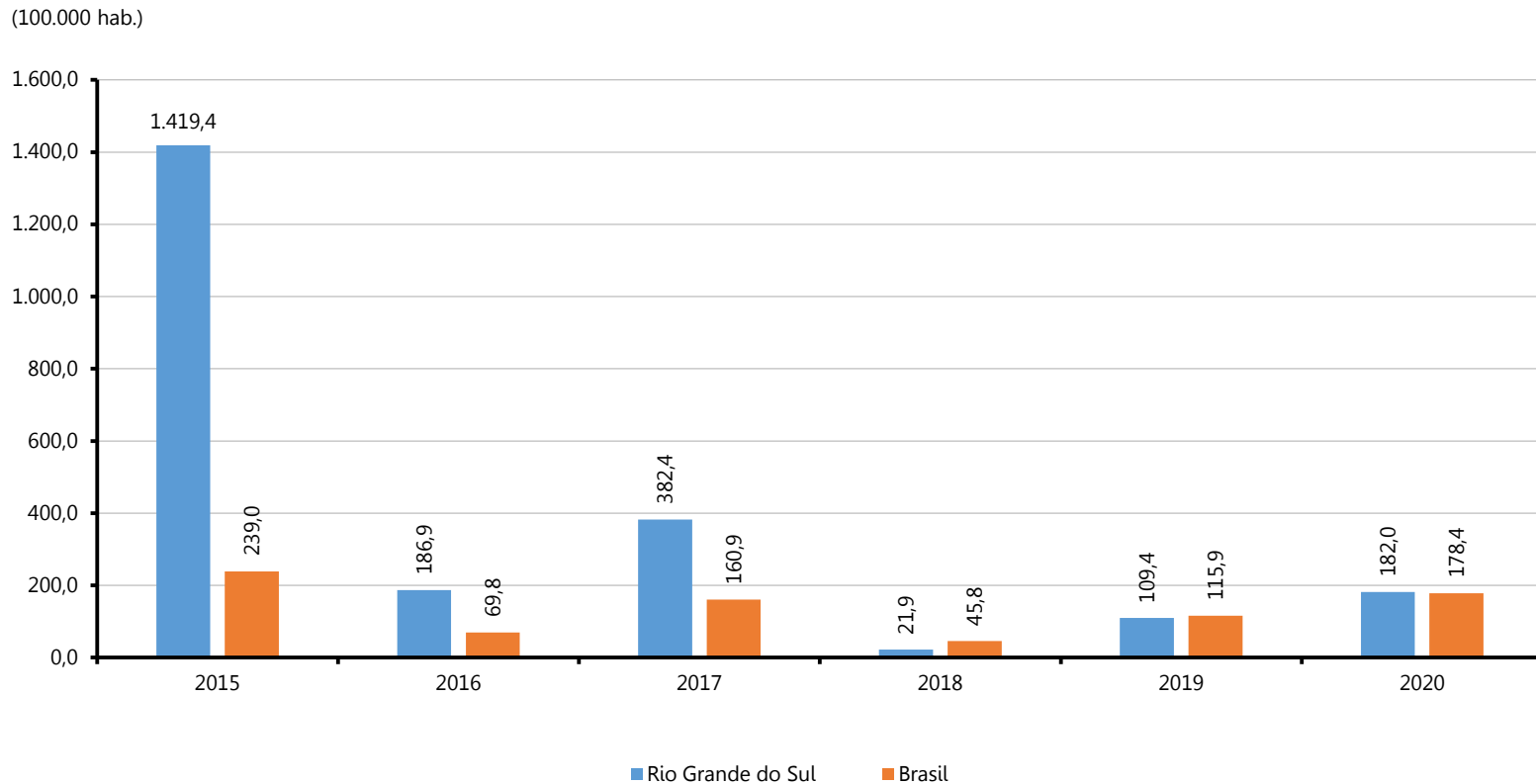


Ampliar a resiliência e a capacidade adaptativa a riscos e impactos resultantes da mudança do clima e a desastres naturais

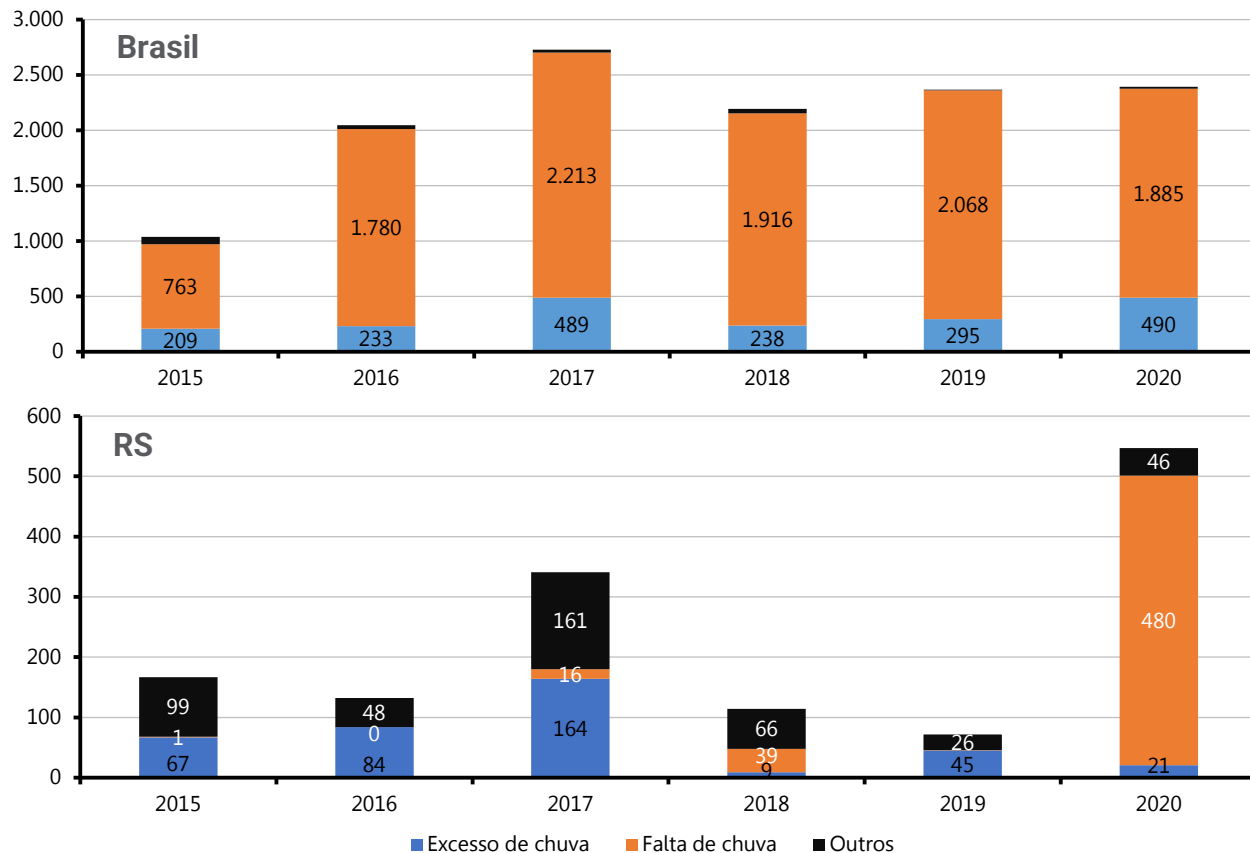
Número de pessoas afetadas por desastres naturais relacionados ao clima nas unidades federativas e no Brasil – 2020



Número de pessoas afetadas por desastres naturais relacionados ao clima no Rio Grande do Sul e no Brasil – 2015 a 2020



Número de registros de desastres naturais relacionados à falta e ao excesso de precipitação – 2015 a 2020

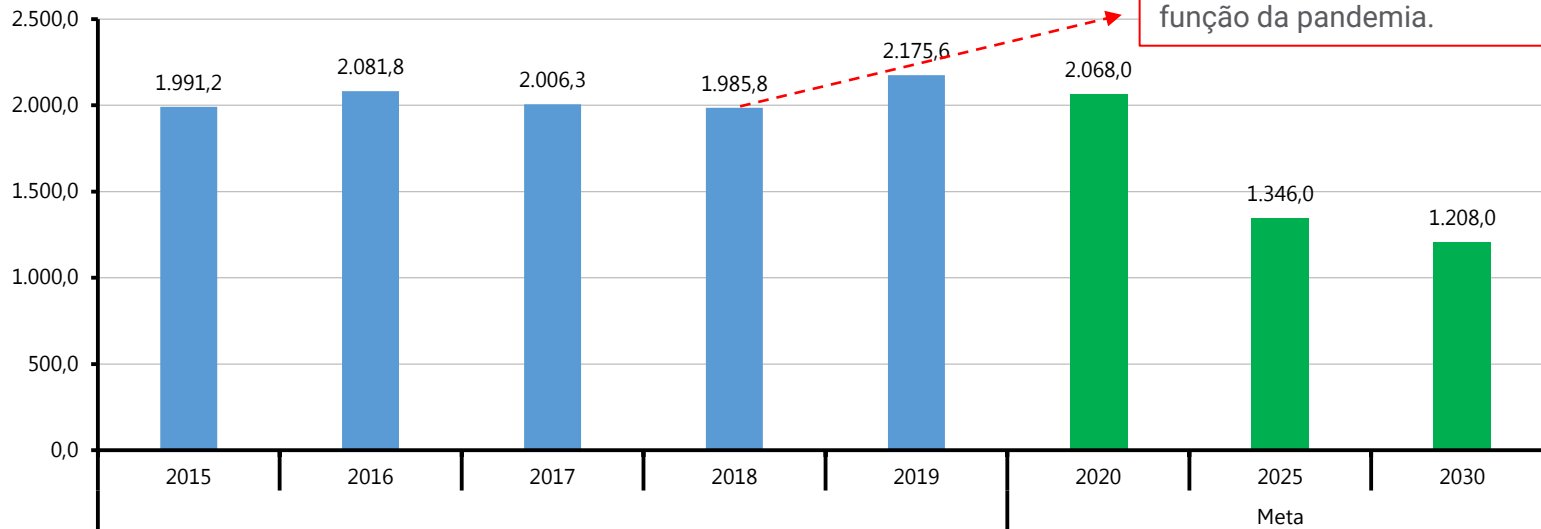


Integrar a PNMC* a políticas, estratégias e, planejamentos nacionais

Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12187, de 29 de dezembro de 2009)

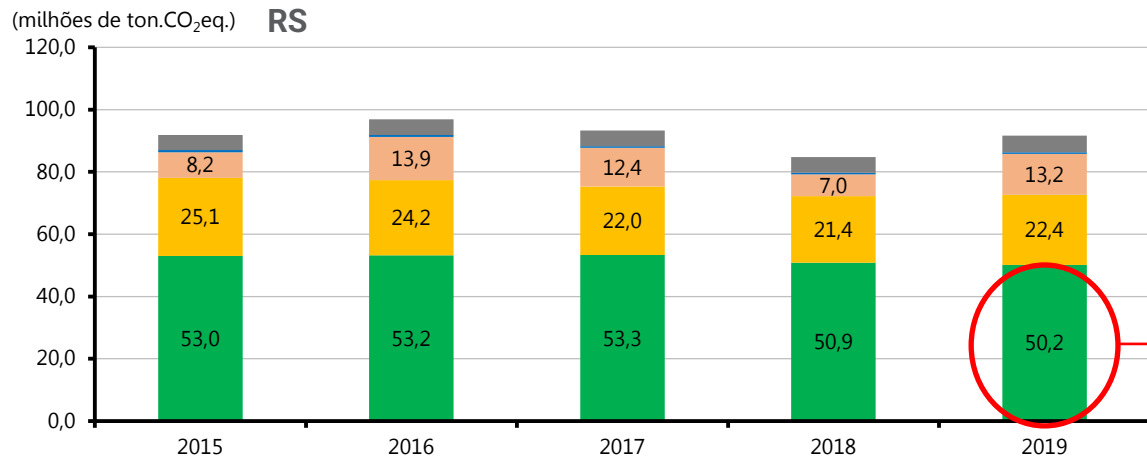
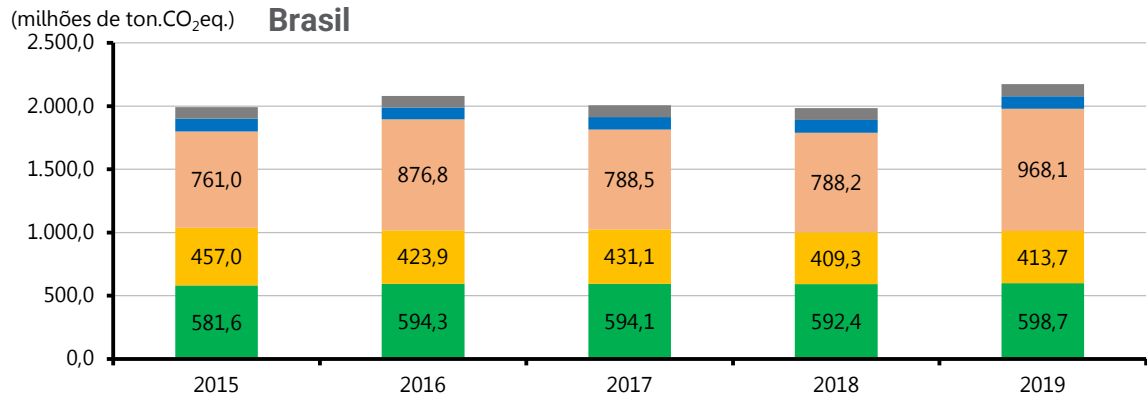
Emissões totais e meta de emissões de gases de efeito estufa no Brasil – 2015 a 2030

(milhões de ton.CO₂eq.)



Estima-se que em 2020 o Brasil tenha **aumentado** o volume de emissões, devido ao avanço do desmatamento na Amazônia, indo na contramão do resto mundo, que reduziu as emissões em função da pandemia.

Emissões de gases de efeito estufa, por setor de atividade – 2015 a 2019



Pecuária → 42%
 Manejo do solo → 35%
 Arroz → 19%

Considerações Finais

Considerações Finais

Com relação à meta 13.1, o número de pessoas afetadas por desastres naturais relacionados com o clima **não apresentou uma diminuição** no período analisado, mas, sim, um comportamento de **oscilação** ao longo dos anos.

Dado que a ocorrência de um evento climático extremo não pode ser evitada e, por isso, não se espera que apresente regularidade, a ênfase é colocada em seus efeitos e na capacidade de **administrá-los** de maneira a **minimizar** os danos causados.

A oscilação no número de pessoas afetadas indica que, apesar de o Brasil e o RS possuírem políticas e planos de ação específicos para a prevenção e gerenciamento de risco de desastres naturais, bem como estruturas para o monitoramento e a resposta diante da ocorrência de eventos extremos, ainda **não se pode detectar um avanço significativo na redução dos impactos negativos**, o que sugere **deficiências** do sistema existente.

Considerações Finais

Os objetivos relacionados com a meta 13.2, que estão associados à **diminuição** das emissões de GEEs, parecem estar mais próximos de serem atingidos. Porém, ao se analisar a série histórica, percebe-se que, embora próximo do atingimento da meta proposta, o Brasil apresentou um **aumento** importante no volume das emissões de GEEs em 2019, ano que precede a referência temporal para aferição do êxito. Esse pode ser um indicativo de que o comportamento positivo apresentado nos anos anteriores esteja alterando-se, sinalizando que o atingimento da meta pode não se efetivar, se nenhuma ação for tomada para a contenção dessas emissões (que, nesse caso, são resultantes, em boa parte, do avanço desenfreado da degradação dos biomas, em especial da Amazônia).

O RS enfrenta um desafio extra em relação à diminuição de suas emissões, uma vez que uma parcela significativa dos GEEs que emite é oriunda das atividades **agropecuárias**, as quais possuem uma grande relevância para a economia do Estado, o que exigiria consideráveis esforços para a **adequação** desse segmento, de modo a diminuir o impacto que ele gera.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Ranolfo Vieira Júnior

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO • SPGG

Secretário: Claudio Gastal

Secretária Adjunta: Izabel Matte

Subsecretário de Planejamento: Antonio Cargnin

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA • DEE

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Pesquisadora: Mariana Lisboa Pessoa

mariana-pessoa@planejamento.rs.gov.br



NOVAS FAÇANHAS

NO PLANEJAMENTO,
GOVERNANÇA E GESTÃO